

CELSO MING

economia



COMO DESINDEXAR

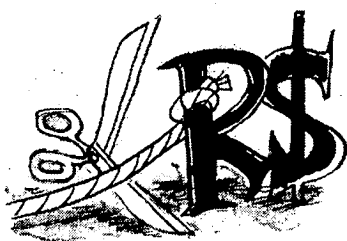
A opção do governo por uma estratégia gradualista de desindexação da economia tem seu lado bom, mas também seu grande risco.

O lado bom é evitar a reindexação informal. Uma inflação, da ordem de 35% ao ano, ainda é alta o suficiente para levar todas as partes do grande jogo econômico a se defender contra a perda de renda. Se fossem inteiramente abolidos por lei, os reajustes automáticos reapareceriam, disfarçados ou não.

O grande risco está em impedir que a inflação caia ainda mais ou, pior que isso, se apoie na indexação prevalescente para voltar a subir. Em 1979, quando a inflação estava nos 77,2%, o então ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, sofria os efeitos inflacionários da correção monetária e lamentava que a indexação não tivesse sido decapitada seis anos antes, quando a inflação ficou nos 19% ao ano.

De mais a mais, não está claro o que o governo entende por desindexação gradual. Isso pode ser interpretado de duas formas: ou apenas alguns setores ficarão inteiramente desindexados e outros, provisoriamente, não; ou, então, todos os indexadores sofrerão o efeito de um redutor.

No sábado, o porta-voz da presidência da República, Sérgio Armaral, anunciou que seria aplicado um redutor à TR, informação não confirmada pelos ministros da área econômica. Isso já foi tentado em 1975, quan-



do a inflação exibia o mesmo tamanho de hoje. O então ministro Mário Simonsen optou pela adoção de um redutor de 20% no índice de correção monetária, a tal ORTN. Na prática, vendia um quilo de 800 gramas. Simonsen acreditava que, aos poucos, a realimentação da inflação acabaria por asfixia e, com ela, morreria a inflação. Foi um desastre porque os aplicadores foram abandonando a caderneta de poupança e se refugiando em dólares e no ouro. O redutor acabou sendo abandonado meses depois.

De todo modo, fica claro que não dá para acabar com a indexação enquanto a inflação se mantiver a vitalidade de hoje. Para acabar com ela, não basta o ajuste fiscal, condição que, aliás, ainda não está garantida. É preciso restabelecer uma forte concorrência no mercado interno. Isso, no entanto, depende de uma sólida saúde cambial que permita o escancaramento do mercado às importações, circunstância que hoje ninguém ainda pode garantir.